

## O QUE AS MÍDIAS NÃO FALAM E O POVO NÃO SABE: ILUMINANDO AS SOMBRAS DA ELETROBRAS

O Governo do PT promoveu uma reforma geral da regulamentação voltada para atender o mercado de energia, em 2004, que agradou investidores e retomou investimentos no setor após o racionamento de 2001. Em 2012, a presidenta Dilma liderou o lançamento de um pacote de medidas para reduzir as tarifas de energia em 20%, por meio da maldita MP 579 que previa a renovação antecipada de contratos de geração e transmissão em troca de uma remuneração menor para os concessionários. No entanto, a tentativa de incentivar a indústria e o consumo com energia barata foi vista como uma intervenção mal planejada.

Em manobra oriunda de forte ingerência política, somente a Eletrobras aceitou totalmente a proposta e o resultado disso: A estatal acumula prejuízos que somam, desde 2013, R\$ 8,5 bilhões ao ano. Cabe aqui ressaltar, que a representação dos trabalhadores da Eletrobras sempre questionou à diretoria da empresa a forma do modelo que foi proposto no encaminhamento da MP. Porém, o que mais escutamos dos gestores à época, em especial do presidente, foi que a Medida era boa e apoiavam, além do mais teríamos lucro no ano seguinte. Desde então ouvimos que o lucro viria no próximo ano, inclusive estudos apontam o tal lucro. Mas, cadê?

Nesse contexto, a falta de diálogo entre o poder concedente, os atores do setor e a consequente imposição política deixou efeitos extremamente perversos como a destruição do valor de mercado da Eletrobras. As empresas públicas são genuinamente ferramentas do Estado dotadas de função social para o atendimento da sociedade e não o que foi visto – um ajuste irracional de caráter político para atendimento a si próprio, ou seja, de um governo utilizando suas empresas, financiando-as com o bolso furado do Tesouro Nacional.

E não é a toa que a sociedade clama por um papel diferente de nossas estatais. Os prejuízos bilionários ocorrem mesmo em um mercado de atuação que garantem a elas um ambiente protegido de domínio de mercado.

Mas o que falta então para dar certo, ou melhor, lucro? O que falta então para ser orgulho verdadeiro do país? O que falta então para ser orgulho de trabalhadores(as) que todos os dias se dedicam para a sustentação do gigante Eletrobras?

A resposta pode ser enumerada de forma bem simples:

Meritocracia

Transparência gerencial

Extinção da ingerência política

Expulsão dos partidos de seu quadro

Governança corporativa

É o governo quem indica presidentes e diretores de estatais com altos salários e grande influência política que, historicamente, têm sido usadas para atender aliados em troca de votos de deputados e senadores. E isso é o cotidiano de nossa Eletrobras. Esses diretores indicados por partidos políticos trazem consigo uma dezena de assessores – conhecidos como artigos 37 - despreparados, desconhecedores do setor elétrico,

sem compromisso com a coisa pública – e com alto salário, sangrando o cofre. Com o presidente da Eletrobras, senhor José da Costa Carvalho Neto não foi diferente, infelizmente seu discurso nessa linha não condiz com os atos praticados, fazendo uso de recursos judiciais para manter esse clã na holding.

Em sua posse, o presidente da Eletrobras esbanjava otimismo com a missão dada pela presidente Dilma e pelo ministro Edson Lobão voltada para ampliação e modernização da infraestrutura como condição essencial ao desenvolvimento do Brasil. À época, Costa já identificava que tinha que melhorar a rentabilidade do grupo e recuperar o valor de mercado da empresa.

No auge de seu discurso, inflamado pela emoção, discorreu que daria autoridade para cada colaborador e gerente para cumprir suas responsabilidades. Pontuou que cobraria resultados premiando e PUNINDO quando necessário. Colocou de forma enfática que estaria em contato com cada empregado da holding para tratar das discussões das diretrizes de trabalho do setor. Passados cinco anos de seu mandato, dificilmente os trabalhadores da Eletrobras o veem nos corredores de acesso ao seu andar laborativo. Tampouco encontramos algum colaborador que o tenha recebido em sua mesa de trabalho.

Com suas reformulações organizacionais, centralizando as funções de planejamento das distribuidoras, buscou prever que o processo se tornasse um case de sucesso a nível mundial. No entanto, não foi bem isso que ele colocou em prática.

Como forma de resgatar o passado, o presidente Costa possui uma carreira no setor elétrico com peso de acusações. Em julho de 1998, assumiu a presidência da Cemig ficando até janeiro de 1999. Acabou sendo indiciado pela Polícia Federal por suspeita de envolvimento como o desvio de R\$ 1,6 milhão dessa empresa para a campanha de Eduardo Azeredo, no chamado “mensalão mineiro”. A empresa que recebeu esses recursos era do publicitário Marcos Valério e o destino era uma campanha educativa sobre o uso de energia. A PF considerou como contrato de fachada para o desvio de recursos à reeleição de Azeredo.

Sob a mira do TCU estão identificadas irregularidades em vários contratos firmados entre a Eletrobras e as empreiteiras investigadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Um dos casos suspeitos é a construção da usina termelétrica Mauá 3 (AM) em que o tribunal aponta para um sobrepreço de até 311 vezes do valor em termos de serviços executados. Outra frente de trabalho realizada pelo TCU foi uma extensa auditoria nas obras da hidrelétrica Belo Monte. Além da Eletrobras como sócia, a usina está sendo construída por sete empreiteiras investigadas na operação Lava Jato. Segundo o TCU, há um acompanhamento minucioso quanto ao funcionamento de um suposto cartel no funcionamento de turbinas para Belo Monte e de aerogeradores para maiores parques eólicos do país.

Por sua vez, a 16ª fase da Operação Lava Jato, batizada de “Radioatividade” investiu contra um núcleo de corrupção estabelecido dentro da empresa com desvios milionários de recursos públicos e pagamentos de propinas em contratos para a obra da Usina Nuclear Angra 3.

Nesse contexto, o processo de reorganização empresarial proposto pelo senhor Costa não surtiu efeito. Sob essa artilharia pesada das instituições investigativas, a KPMG, uma auditora de balanço contábil independente, se recusou a assinar as demonstrações financeiras da Eletrobras de 2014 e 2015. Consequência disso, a Eletrobras deixou de ter suas ações negociadas na bolsa de Nova York.

Em 1990, Herbert de Souza, o Betinho, escreveu um artigo intitulado COMO MATAR UMA ESTATAL, antecipando a onda de privatizações levadas a cabo pelos governos Collor e FHC. A trajetória recente da Eletrobras indica que o atual governo federal retomou a tentativa de aplicar a receita fatal para o assassinato da empresa. Nesse artigo Betinho descrevia as etapas de esfacelamento que, isoladas ou em conjunto, colocam a Eletrobras sob risco de existência. Em uma dessas medidas que sufocou a empresa foi a venda de energia abaixo do custo produzida de forma eficiente. Em 2014, a Eletrobras vendeu uma

grande quantidade de energia oriunda das usinas renovadas por R\$ 28/MWh, resultado da aceitação das imposições da MP 579/2012, enquanto que no mercado livre o MWh negociado era de R\$822,00. O senhor Costa, em entrevista ao jornal Valor Econômico, tinha sido taxativo ao afirmar que “sob sua avaliação, a alternativa mais vantajosa [seria] a renovação das concessões” , ou seja, culpa direta no desastre apresentado pela empresa.

Não houve agregação de valor ao grupo Eletrobras sob sua liderança. O que aconteceu de fato de 2012 a 2015 foi o pagamento de mais de R\$ 9 bilhões de juros sobre o capital próprio, mesmo tendo acumulado nesse mesmo período um prejuízo de R\$ 20 bilhões. E o pior: parte desse recurso foi reorientado à União para atingimento das metas fiscais. Ou seja, o caixa da Eletrobras foi utilizado como bolso do governo. Um jogo de compadres.

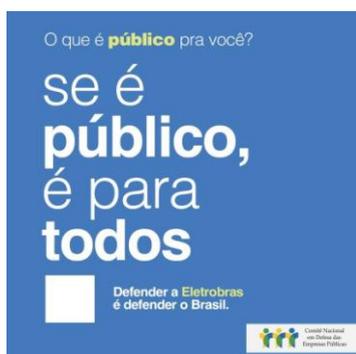
E o equacionamento do esfacelamento da Eletrobras se agrava quando ocorre a provocação aos sindicatos levando-os a situações de impasse, ou seja, o uso do peso político, do assédio moral para com os trabalhadores do sistema Eletrobras jogando-os contra as entidades. O desgaste progressivo da representação sindical é visto como uma estratégia maior de enfraquecimento das leis trabalhistas.

Nesse contexto, a busca da ingerência política se baseia no desgaste à exaustão dos sindicatos desmoralizado-os e enfraquecendo-os. Um exemplo bastante contundente são as últimas negociações de acordos coletivos. A empresa gerenciada politicamente e sem qualquer compromisso para com os empregados tem dificultado, em muito, seus acordos trabalhistas.

Com isso o Betinho, ainda nos anos 1990, fechava com chave-de-ouro as etapas de sangramento das estatais para sua privatização. Valendo cerca de 1/3 de seu valor de mercado de cinco anos atrás, a Eletrobras, sob a gestão do senhor Costa, cumpriu todas as etapas para sua liquidação, ou seja, privatização. Um presidente que à época tinha como missão o aumento do valor de mercado da empresa, a entrega - com carta de demissão embaixo do braço ao Ministro de Minas de Energia – discordando dos planos do governo interino para a venda de ativos da estatal. Ora, senhor Costa, o senhor foi o maior culpado disso tudo, uma vez que na sua gestão temerária, não houve agregação de valor à empresa, os trabalhadores estão insatisfeitos, as negociações de acordo coletivo estão emperradas, a empresa não apresenta lucros, não tem distribuição de dividendos aos acionistas, dentre outras coisas.

Senhor Costa, não seja o último a apagar a luz, pois não deixaremos: as sombras na Eletrobras formadas durante sua administração serão iluminadas pela esperança de cada trabalhador do sistema elétrico em reverter o quadro insano vigente. Não se esqueça de que quando assumiu a Eletrobras, encontrou uma empresa com saúde econômico-financeira, agora estamos ladeira abaixo. Com certeza seus negócios lá fora na área de energia vão muito bem obrigado e nós da holding e do setor elétrico como um todo, como ficamos?

Finalizando, senhor presidente, ao chegar à presidência da Eletrobras, o senhor sempre discursou que as Distribuidoras seriam a saída para o futuro, o que houve para tanta negatividade?



**Uma representação forte se faz com associados unidos e mobilizados!**

**UNAM-SE A NÓS NA LUTA PELOS NOSSOS DIREITOS, ASSOCIE-SE: [ficha de inscrição](#)**

A Diretoria, em 20 de junho de 2016.  
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

